



## AS PRODUÇÕES DO CFESS COMO FORMA DE FORTALECIMENTO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL (PEP)

Cfess productions as a way of strengthening the professional ethical-political project (epp)

**Valderí Teles do Nascimento Neto \***

 <https://orcid.org/0009-0004-0108-280X>

### RESUMO

O texto que aqui apresentamos trata-se de uma reflexão feita a partir de uma aproximação com o material produzido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nos últimos anos, dos quais elegemos alguns, pois o volume de material produzido pelo conselho é muito expressivo. No itinerário do trabalho, analisamos algumas produções do CFESS compreendendo que estas são significativas contribuições para o fortalecimento do Projeto Ético-político Profissional (PEP). Ao tecer tal percurso, podemos apreender elementos essenciais que vão dando o tom para construção coletiva e consolidação do PEP do serviço social brasileiro, o que nos permite seguir avançando no cotidiano a partir das mediações que se movimentam no campo do fortalecimento da profissão e nos adensamentos das lutas sociais na sociedade brasileira nas últimas décadas.

### PALAVRAS-CHAVE

Projeto Ético-político Profissional (PEP); CFESS; Produção técnica e política; Serviço Social.

### ABSTRACT

The text we present here refers to a reflection made based on an approximation with the material produced by the Federal Council of Social Service (CFESS) in recent years, we chose some, as the volume of material produced by the council is very expressive. In the work itinerary, we sought to analyze some CFESS productions, understanding that these are significant contributions to strengthening the Professional Ethical-Political Project (PEP). By weaving such a path, we can grasp essential elements that set the tone for the collective construction and consolidation of the PEP of Brazilian social services, which allows us to continue advancing in our daily lives in mediations that move towards strengthening the profession and deepening the struggles social issues in Brazilian society in recent decades.

---

\*Assistente Social. Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). E-mail: [valderimarx1979@gmail.com](mailto:valderimarx1979@gmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p104-119



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**KEYWORDS**

Professional Ethical-political Project (EPP); CFESS; technical and political production; social work.

**Introdução**

O tema deste artigo se reveste de um significado amplo para o serviço social brasileiro, pois tece no processo histórico o caminhar da profissão no contexto da sociedade brasileira e suas mudanças no horizonte da década de 1980. Intentamos, de forma sintética, destacar alguns acontecimentos que compreendemos como significativos para a profissão, tendo o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS)* como marco de mudanças, evidenciando como a profissão e suas entidades representativas/organizativas – *Conselho Federal e Conselhos regionais de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS)* se qualificaram e se politizaram no plano da fiscalização e da defesa do exercício profissional no Brasil.

Buscamos demonstrar, a partir da produção técnica e política do conjunto CFESS/CRESS, algumas evidências concretas da defesa e fortalecimento daquilo que conhecemos como *Projeto Ético-Político Profissional (PEP)* que estão expressas na construção coletiva da profissão nos últimos 44 anos decorridos após o III CBAS. Com esses apontamentos, suscitam questões para reflexão sobre a profissão a partir da aproximação de alguns materiais produzidos pelo conjunto CFESS/CRESS que dialogam com o coletivo profissional e demarcam o horizonte da defesa e fortalecimento da profissão e de seu exercício profissional no cotidiano das relações sociais brasileiras em um tempo de retrocessos e ataques aos direitos e às lutas da classe trabalhadora. O texto não visa esgotar as reflexões, mas contribuir para a ampliação delas, além de ser um convite para uma aproximação ao conjunto CFESS/CRESS que podemos considerar como um patrimônio coletivo da nossa profissão, destacando sua importância para o serviço social brasileiro.

**Uma pequena história da ‘Virada’ do Serviço Social: o ponto de partida**

O cenário histórico em que ocorre o III CBAS é o de um Brasil dominado pela trágica e desumana ditadura cívico-militar. O golpe ocorrido em 1º de abril de 1964 instaurou uma ditadura que perdurou mais de vinte anos, tendo seu esgotamento no início dos anos 1980<sup>1</sup>. Naquele período, o regime instaurado pelo golpe demonstrava suas debilidades, tendo dificuldades múltiplas de reprodução. No plano nacional, isso fica evidenciado na dimensão política, com a pressão do movimento de luta pela redemocratização do país, tendo como pauta central a luta pela democracia popular.

Não iremos nos aprofundar na temática da ditadura cívico-militar, mas é necessário que sumariemos alguns aspectos para que possamos compreender em que condições sociopolíticas o Brasil se encontrava, e como tal cenário repercute na profissão. O golpe, nas palavras de Netto (2009), se expressa como um desfecho de confrontos de classes e de lutas sociais que se agudizam a partir de 1961, com o governo de João Goulart. É importante perceber que o que ocorreu no país não é algo simples e tem amplas conexões, como destaca Netto (2009, p. 652–653):

---

<sup>1</sup> Para um maior aprofundamento ao tema, indicamos a leitura de Netto (2014).

De fato, o movimento de abril de 1964 foi um episódio de um processo muito mais amplo: o processo de uma *contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial*, com o objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes e progressistas, mais ou menos radicais, que se registravam nas periferias capitalistas. Fomentado pelos Estados Unidos, este processo marcadamente anticomunista teve episódios em todos os quadrantes do então Terceiro Mundo: na África (uma série de intervenções destinadas a conter o ímpeto independentista nos marcos neocoloniais, pontuadas pelo assassinato de Lumumba, em 1961), na Ásia (exemplificando no sangrento golpe que em 1965, abriu a via para a derrubada do regime de Sukarno, na Indonésia) e na América Latina. Também aqui, com o êxito da Revolução Cubana (1959) tão somente acentuando a histórica tradição norte-americana de violentar a soberania dos Estados Latino-americanos (entre 1824 e 1994 contam-se, pelo menos 73 intervenções dos Estados Unidos na América Latina), a contrarrevolução jogou pesadamente: tendo seu primeiro grande passo exitoso com o golpe de 1964, no Brasil, avançou por mais de uma década e instaurou regimes ditatoriais no Chile, no Uruguai, e na Argentina – e na segunda metade da década de 1970, todos os países do Cone Sul já viviam sob o terror estatal.

Fica evidente como os Estados Unidos da América (EUA)<sup>2</sup>, ao longo do tempo, estabeleceram as condições de controle e exaurimento das possibilidades democráticas e progressistas dos países que estão fora do *hall* do capitalismo central. Assim, expressa bem esse período a máxima de Juracy Magalhães, embaixador do Brasil em Washington indicado pelo regime ditatorial: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (Netto, 2009, p. 653).

Mas será mesmo que tudo que é bom para as bandas de lá é realmente bom para a realidade brasileira? A ditadura demonstrou que não. Foram mais de vinte anos de violação dos direitos humanos, onde aqueles que ousassem discordar do golpe seriam expostos à perseguição, exílio, torturas e até a brutais assassinatos. Tudo para que o capital pudesse continuar se reproduzindo. Esse é o cenário socio-histórico que se irradia no Brasil em um tempo em que a barbárie é a palavra de ordem. Muitos assistentes sociais, nesse período, foram perseguidos<sup>3</sup>, presos e torturados, mas a resistência e a luta sempre estiveram presentes na categoria profissional.

A direção crítica do serviço social, que sustenta a formação profissional das/os assistentes sociais no Brasil, tem no *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais* (III CBAS) de (1979), conhecido como *Congresso da Virada*, um momento determinante. Para Netto (2009), o III CBAS é uma referência indestrutível no desenvolvimento da profissão no Brasil, destacando ainda que um de seus significados é o de ser um marco no processo de politização de profissionais e estudantes de serviço social, sendo também um importante espaço para reativação dos sindicatos por todo o país.

---

<sup>2</sup> Para apreender um pouco mais sobre a forma como o EUA se coloca como os “salvadores do mundo” ver: O militarismo dos EUA e a doutrina do Destino Manifesto - Café Bolchevique, com Mauro Iasi. Vídeo disponível no link: [https://www.youtube.com/watch?v=xlx2\\_UhObaw](https://www.youtube.com/watch?v=xlx2_UhObaw).

<sup>3</sup> Indicamos aqui o Projeto Serviço social, memórias e resistências contra a ditadura organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Link de acesso ao livro produzido com os depoimentos das/os profissionais presos, perseguidos e torturados pelo regime golpista: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf>.

Diante de tudo, o serviço social na América Latina passa por um contexto significativo de mudanças a partir do *Movimento de Reconceituação* (1965–1975). Iniciado na metade dos anos 1960, nos países do cone sul (observando suas particularidades), no Brasil, o Movimento de Reconceituação — segue uma dimensão de cariz modernizadora/conservadora e tecnocrática, que se materializa em dois documentos conhecidos — o de *Araxá* (1967) e de *Teresópolis* (1970), alinhando-se as configurações que viabilizaram a funcionalidade do regime autocrático da ditadura militar brasileira (Netto, 1991).

Abramides (2019, p. 39), afirma que “[...] a contraposição da profissão ao conservadorismo tem origem na década de 1960, com o movimento de reconceituação que perdura até 1975”. No Brasil, o golpe militar, de alguma maneira, amordaça tal movimento. Tão logo, apenas sinalizamos de forma breve essa experiência para não deixarmos de lembrar desse movimento de indispensável relevância para o serviço social.

De volta ao emblemático III CBAS, um espaço que evidenciou e afirmou a dimensão política da profissão no Brasil e que até hoje é reconhecido como ponto de partida para novos rumos para a profissão. Assim, o III CBAS ocorreu de 23 a 27 de setembro de 1979, na cidade de São Paulo, especificamente no Centro de Convenções do Anhembi, e esse ano comemora-se os 44 anos de sua realização, que foi definidora para mudança de rumos no serviço social brasileiro. Sua significativa relevância para a história do serviço social é revelada com a compreensão da conjuntura socio-histórica de efervescência política em que ocorreu. Abramides e Cabral (2009, p. 60), sinalizam que:

A conjuntura sócio-histórica do período, a partir de 1977, foi polarizada por um novo patamar da luta de classes no país, em que a classe trabalhadora reinicia um processo de organização, por ações diretas com greves generalizadas, paralisações, ocupações de fábricas, de terras e posteriormente de prédios públicos, que configuram a ruptura e negação do sindicalismo tradicional e de conciliação de classes que prevalecia no período anterior e a adoção de um sindicalismo de enfrentamento à ditadura militar e de organização da classe trabalhadora.

Trata-se de um período em que o operariado e o conjunto da classe trabalhadora se movimentaram em uma intensa organização sindical, sendo uma de suas lutas centrais a liquidação do regime ditatorial e de sua política econômica de arrocho no salário. Essa conjuntura influencia as organizações da categoria, pois muitas/os das/os profissionais estavam em sindicatos e espaços políticos no período. Nesse sentido, a realidade conjuntural contribuiu para as mudanças ocorridas no espaço do III CBAS no ano de 1979, no qual figuras importantes do campo crítico estiveram presentes, a exemplo de Luiza Erundina, Rosalina Santa Cruz, Maria Inês Bravo, Leila Lima<sup>4</sup>.

O III CBAS, se tornou um marco histórico para o serviço social brasileiro. Revestido por um amplo conteúdo político que, ao longo de décadas, vem influenciando em diversos espaços — o acadêmico no processo da formação profissional, o exercício profissional cotidiano, a

---

<sup>4</sup>Alguns emocionantes depoimentos sobre suas participações no Congresso da Virada de 1979, seguem disponível na brochura produzida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), intitulada: *Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada*, publicada em 2012.

organização política da categoria de assistentes sociais a exemplo do *Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*, *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, *Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)*. Todo esse movimento, potencializa a construção e tentativa de consolidação do que chamamos de *Projeto Ético-Político Profissional (PEP)*<sup>5</sup>.

O caminho percorrido até hoje pelo conjunto das/os profissionais e suas entidades representativas, é expressão dessa construção que evidencia o acúmulo político e organizativo das/os assistentes sociais brasileiras/os. Nesse sentido, não é possível olhar para o III CBAS como algo que Iamamoto (2019), chamou senso comum, uma visão mágica que se encerra em si mesmo. Mas, sim, analisá-lo a partir da história socioprofissional e suas articulações com o serviço social latino-americano, pois é a partir dessas mediações que poderemos apreender a real e necessária importância do que foi e é o *Congresso da Virada*.

Todo esse movimento histórico do serviço social brasileiro tem mediações importantes que se evidenciam a partir das diversas articulações e acúmulos dos sujeitos coletivamente organizados em um contexto de efervescência política no país. As participações coletivas de assistentes sociais, estudantes de serviço social em articulação às lutas da sociedade brasileira, suas pautas por democratização e contra a ditadura gestaram e refletiram na profissão o caráter ainda mais crítico que já se demarcava desde o movimento de reconceituação dos anos 1960.

Um percurso que é desafiador, pois atravessou tensões de projetos profissionais e societários<sup>6</sup> no marco da sociabilidade capitalista e suas mudanças a partir do aprofundamento da crise estrutural e as estratégias para sua reprodução. Com a reestruturação produtiva, enquanto resposta para a crise estrutural do capital, além de o Brasil ter também vivido a realidade do autoritarismo da ditadura militar (1964–1985) e, os anos 1990 com o neoliberalismo.

Tais projetos, se colocam em articulação enquanto lócus de resistência, se pensamos a realidade imediata, sendo também um movimento coletivo de oposição ao neoliberalismo, além de construir uma organização socioprofissional independente e autônoma de partidos políticos e governos (Abramides, 2019).

O legado do III CBAS, não se extenua nessa tentativa de apontar alguns elementos como caminho para novas e necessárias questões a serem estudadas e conhecidas pelos profissionais, pesquisadoras/es no campo do serviço social. Sendo o Congresso, um marco

---

<sup>5</sup> Os princípios norteadores deste projeto se expressam no Código de Ética da/o Assistente Social, de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social – Lei nº 8662/1993 e Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996.

<sup>6</sup> Netto (1999, p. 95), destaca que: “Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)”.

na recusa ao conservadorismo da origem da profissão, apontando a necessidade de renovação histórico-crítica que segue hegemônica na direção social atual do serviço social brasileiro, porém se faz urgente o fortalecimento do PEP e sua direção crítica em um tempo em que o conservadorismo teima em visitar e assombrar a profissão em suas diversas formas.

No próximo item teceremos uma breve reflexão sobre a organização política profissional a partir da defesa do exercício da profissão, sendo o conjunto CFESS/CRESS o protagonista dessa defesa.

### **Tecendo algumas reflexões sobre a organização política do serviço social a partir do exercício profissional: uma breve síntese**

Na atualidade, é possível apreender a importância da organização política das entidades representativas do serviço social no âmbito da defesa do exercício profissional, sendo o *Conselho Federal de Serviço Social* (CFESS) e os *Conselhos Regionais de Serviço Social* (CRESS) fundamentais no campo da defesa do exercício profissional. Enquanto autarquias públicas a nível federal, têm o papel essencial de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional das/os assistentes sociais brasileiras/os por todo o território nacional.

Assim, compreende a atenção e o cuidado pela profissão nas dimensões política e jurídica. Tendo a Lei nº 8.662/1993 como marco, o conjunto CFESS/CRESS vem construindo coletivamente nas últimas décadas ações políticas que contribuem com o fortalecimento e defesa do PEP, além de seguir construindo as lutas da classe trabalhadora no horizonte de um projeto de sociedade emancipada.

Todo esse protagonismo e alinhamento junto à classe trabalhadora é devido ao acúmulo da organização das/os assistentes sociais que, “[...] a partir do III CBAS, em 1979, é disputado pelos setores de esquerda da profissão, que se organizam em entidades sindicais da categoria” (Abramides, 2019, p. 50). Aqui, se faz necessário sinalizar que, até a Virada, o *Conselho Federal de Assistentes Sociais* (CFAS) e os *Conselhos Regionais de Assistentes Sociais* (CRAS)<sup>7</sup> eram alinhados aos setores tecnocráticos e/ou conservadores (Abramides, 2019).

Nos anos 1950, quando no Brasil os conselhos de profissões liberais são regulamentados, as entidades têm um caráter corporativista e burocrático, diferente do que vemos hoje, ao analisarmos o que é o conjunto CFESS/CRESS. Como uma das primeiras profissões da área social, o serviço social teve sua primeira Lei de regulamentação aprovada em 27 de agosto de 1957. Posteriormente, via Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962<sup>8</sup>, em seu art. 6º, fica determinado que caberia ao CFAS e aos CRAS a disciplina e fiscalização do exercício profissional das/os assistentes sociais.

---

<sup>7</sup> É só no ano de 1993, com a aprovação da Lei nº 8662/93, que se revogou a Lei nº 3252/57, as designações passam a ser: *Conselho Federal de Serviço Social* (CFESS) e *Conselhos Regionais de Serviço Social* (CRESS).

<sup>8</sup> Todo o conjunto de Leis, diretrizes e regulamentos que versam sobre a profissão, incluindo os Códigos de ética de: 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993 (atual), seguem disponíveis no site: [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br).

O cenário das primeiras décadas nos Conselhos — CFAS e CRAS — era expressão da nossa origem conservadora e isso apresentava-se nas formas de conduzir as ações, tendo pouca ou quase nenhuma aproximação com a base profissional. Esse percurso foi orientado pela visão acrítica das relações sociais no país e a forma conservadora também se evidenciava nos *Códigos de Ética Profissional* (CEP). Barroco (2001, p. 95) assinala que “[...] os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975”. Ao passo que também se expressam no cotidiano das intervenções das/os profissionais e na sua forma de organização política neste contexto histórico.

A história nos traz lições e nos provoca a realização de mudanças, assim, o conjunto CFESS/CRESS ao longo desses anos se consolida como o patrimônio histórico/político da categoria profissional. Tendo o *Congresso da Virada* como espaço aglutinador de energias e forças políticas, profissionais vinculados às lutas sociais, sindicatos e partidos realizaram, nas palavras de Abramides (2019, p. 50):

Por meio de uma articulação política, assistentes sociais atuantes nos sindicatos e na APAS incentivaram, em todo o território nacional, a formação de chapas para disputar o CRAS, no sentido de avançar na democratização das entidades profissionais e estabelecer uma articulação permanente entre as diversas entidades da categoria que se expressam na: a) organização político-sindical nacional CENEAS (1979 a 1983) e ANAS (1983 a 1994), e estaduais e municipais APAS e sindicatos (1977 a 1994); b) organização do exercício profissional: CFAS-CRAS até 1993 e, posteriormente, CFESS-CRESS; c) organização da formação profissional: ABESS até 1995 e, posteriormente, ABEPSS; d) organização estudantil, por meio da SESSUNE até 1993 e, posteriormente, na ENESSO.

O processo de mudanças nas entidades do serviço social, segue o movimento da realidade brasileira e demonstra a organização política acumulada no contexto da crise da ditadura militar e os ventos no horizonte da luta por democracia no marco da crise do capital. O movimento de mudança na profissão não foi imediato nem tão pouco sem tensões, pelo contrário, por mais que tenhamos avançado nas conquistas em prol da direção crítica profissional o acúmulo para mudança se coloca como algo em disputa. Avançamos na qualidade da formação, das ações profissionais e da produção do conhecimento. Fortalecemos nossas entidades representativas a exemplo do CFESS, porém é importante sempre seguir em movimento e fortalecendo o nosso projeto profissional. Ao longo do processo histórico, nossas entidades vão se transformando e se configurando no horizonte crítico.

A profissão e suas entidades vão operar na realidade o projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo e suas práticas. Tais mudanças se expressam no conjunto das entidades representativas de pesquisa estudantil e sindical. A proposta aqui é sinalizar, de maneira sucinta, alguns pontos que nos parecem significativos tendo como referência o conjunto CFESS/CRESS.

Neste cenário, podemos afirmar que o conjunto CFESS/CRESS segue consolidando suas ações e, estrategicamente, vem fortalecendo o projeto ético-político da profissão no Brasil. Se o conjunto vem contrapondo a lógica única de apenas ser uma autarquia federal, o acúmulo das últimas décadas consolidou uma dimensão política que podemos afirmar ser a única entidade (conselho) que demarca seu posicionamento político frente às diversas

situações vividas pela sociedade brasileira, a qual o serviço social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, segue intervindo nas múltiplas expressões da questão social que se agudizam na sociabilidade capitalista em crise.

No próximo item sinalizamos algumas produções e iniciativas importantes do conjunto CFESS/CRESS que vêm fortalecendo o PEP nesses últimos anos.

### **As produções do conjunto CFESS/CRESS como estratégias de fortalecimento do PEP**

Anteriormente, apresentamos brevemente alguns elementos sobre a organização política das/os assistentes sociais no Brasil. Aqui se evidencia, sem dúvidas, os traços particulares sobre a forma coletiva que o conjunto CFESS/CRESS se organizou enquanto entidade representativa da categoria de assistentes sociais brasileiras/os. Através das possibilidades históricas, emergiu o caminho para a ruptura com o conservadorismo — o que Netto (2015, p. 179) chamou de “erosão do Serviço Social tradicional”, que a trajetória do serviço social no Brasil marca sua forma singular de organização política, diferente das formas como o serviço social se organiza em outros países.

Assim, nos anos 1990, especialmente o ano de 1993, com a aprovação da Lei de Regulamentação, o *Código de Ética* e todas as possibilidades coletivamente construídas até aquele momento, puderam, efetivamente, ampliar as condições para consolidação da profissão no Brasil. Neste marco, a década de 1990 foi de grande importância para o fortalecimento do serviço social e suas entidades representativas – conjunto CFESS/CRESS, conseguiu canalizar tais mudanças em suas dimensões ética e política, conformando assim, os tons para o fortalecimento da profissão em âmbito nacional, além de instrumentalizar os mecanismos para a defesa do exercício profissional.

Nessa guinada de mudanças, o conjunto CFESS/CRESS, consolida importantes movimentos que demonstram o compromisso com o fortalecimento do PEP. Neste item, apontamos algumas realizações do conjunto a partir de campanhas, publicações de ordem técnicas e políticas que são sustentadas pelo debate crítico e contribuem, efetivamente, com a possibilidade de fortalecimento das ações profissionais na direção de mudanças na sociedade, além de direcionar para uma outra forma de existir afastada das relações capitalistas.

Nesses termos, pensamos em destacar cinco importantes movimentos feitos pelo conjunto CFESS/CRESS no prisma do fortalecimento do PEP a partir de publicações políticas e técnicas, sendo o 1º) – o *Projeto Ética em Movimento*; 2º) *CFESS Manifesta*; e 3º) – *Atribuições privativas do/a assistente social em questão* (volumes 1 e 2); 4º – *Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social*, e por fim 5º) *Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional* (Caderno 1, 2, 3 e 4). Tais publicações, transitam em tempos diferentes, a primeira e a segunda têm seu início nos anos 2000 na gestão: *Brasil, mostra tua cara* – triênio (1999–2002)<sup>9</sup>. Assim, a gestão: *Trabalho, Direitos e Democracia* – *A gente faz um país* – triênio (2002–2005), segue dando continuidade aos

---

<sup>9</sup> A gestão do triênio 1999/2002 teve como presidente Elaine Rossetti Behring, ano em que iniciou o projeto ética em movimento.

trabalhos e consolidando o percurso da produção de materiais de vinculação nacional. De forma que, as gestões do conjunto CFESS/CRESS foram qualificando a dinâmica das produções, seja no âmbito do seu conteúdo e também na sua forma de dialogar com a categoria profissional no decorrer das últimas décadas.

Na gestão: *Tempo de Luta e de Resistência* – triênio (2011–2014), textos novos são lançados em formato de brochuras e outros são reimpressos como forma de ampliar o alcance dos debates e reflexões para toda a categoria e a sociedade. Dando prosseguimento aos trabalhos a gestão: *É de batalhas que se vive a vida* – triênio (2017–2020), coloca em evidência mais um conjunto de materiais que expressa o compromisso das gestões do conjunto na direção política de consolidar o *Projeto Ético-político Profissional*. Trabalham na mesma direção o coletivo da gestão: *Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do serviço social* – triênio (2020–2023), que mais uma vez expressa na sua totalidade importância do conjunto CFESS/CRESS como entidade representativa das/os assistentes sociais brasileiras/os. Em maio de 2023, uma nova gestão é iniciada no CFESS e nos CRESS de todo o país. Nessa direção, a gestão: *Que nossas vozes ecoem vida-liberdade* – triênio (2023–2026), vem expressando em suas ações e publicações o alinhamento político necessário para o fortalecimento do PEP no tom das suas ações e produções de início de gestão.

Em diferentes gestões o conjunto CFESS/CRESS tem evidenciado a importância da continuidade dos projetos de publicações para a categoria profissional e para a sociedade, sempre alinhados à construção e fortalecimento do serviço social crítico no país. Todas essas publicações, demarcam o acúmulo de reflexões e debates dos anos 1990, pois demonstram a capacidade teórica e política de análise da realidade construída pelo conjunto CFESS/CRESS nesses últimos 30 anos. Do *Código de Ética Profissional (CEP)*, até as publicações de brochuras de apoio técnico aos assistentes sociais.

Estas produções foram escolhidas, entre muitas outras publicações do CFESS, por expressarem um conjunto de reflexões que dialogam com o cotidiano profissional, mediando, teoria e prática como uma unidade efetiva para a construção de possibilidades para no processo de intervenção profissional, nos diversos espaços socio-ocupacionais nos quais a categoria de assistentes sociais segue inserida.

Em relação ao material acima citado, será desenvolvido resumidamente o que cada um deles abordam e qual a sua importância para o fortalecimento do PEP no cotidiano profissional dos milhares de assistentes sociais brasileiras/os. Vejamos algumas em destaque a seguir.

1) O *Projeto Ética em Movimento* surge em um contexto de ampliação do neoliberalismo no Brasil e no mundo. Sua trajetória tem início nos anos 2000, o projeto é o acúmulo do debate no serviço social e na sociedade sobre ética e direitos humanos iniciado nos anos 1990. Em sua agenda programática contínua, o CFESS inclui o *Ética em Movimento*, em suas ações de abrangência nacional. O projeto foi apresentado e aprovado no *XXVIII Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS* no ano de 1999. Assim, segundo Barroco (2017, p. 4):

O projeto “Ética em Movimento” é estratégico do Conjunto CFESS/CRESS. Entre suas finalidades tem permitido defender a qualidade dos serviços prestados por assistentes sociais e valorizar o trabalho profissional, sob uma direção ética que deve ultrapassar o aspecto legal de cumprimento de direitos e deveres e se reger sobre os princípios éticos do serviço social, orientando nessa perspectiva social e política, a atividade profissional. E, com vistas a reproduzir o movimento da ética na realidade, tornando-a visível para a categoria e para a sociedade, destaca-se a realização do Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as.

Como possibilidade o projeto é “[...] expressão do amadurecimento da reflexão e da intervenção ético-política do Serviço Social e dos novos desafios e demandas para a entidade” (Barroco, 2007, p. 5). Tal projeto, busca fortalecer os vínculos com o *Código de Ética Profissional (CEP)*, bem como seus valores e princípios éticos-políticos, aproximando os profissionais dessa mediação que nos impele a assumir o compromisso com os valores e princípios expressos no CEP. Outro ponto que merece destaque é a possibilidade dos profissionais que participam do projeto tornarem-se agentes multiplicadores em seus estados e municípios por todo o país.

O projeto vem se consolidando ao longo das duas últimas décadas e formando muitos agentes multiplicadores pelo Brasil, em uma articulação orgânica do conjunto CFESS/CRESS, junto aos assistentes sociais brasileiros/os e a sociedade. O curso *Ética em Movimento* conta com quatro módulos<sup>10</sup>, que debatem a ética em algumas dimensões: ontológica, política e crítica a partir da teoria social e de todo o acúmulo que detém a profissão. Podemos observar então que o projeto *Ética em Movimento*, vem cumprindo um importante papel na mediação e fortalecimento do debate ético-político profissional nesses 23 anos de existência, contribuindo efetivamente na potencialização dos valores e princípios inscritos no PEP.

2) *CFESS Manifesta* expressa a direção política da categoria profissional por meio de publicações sobre variados temas de importância ética, política e social; em dezenas de edições demonstra a defesa do projeto profissional do serviço social brasileiro, ao afirmar princípios ético-políticos, valores e direção social crítica e radical contrárias ao sistema capitalista e suas diversas expressões de desumanidade. Destaca o CFESS na apresentação impressa do livro que reúne cerca de 27 textos, o *CFESS Manifesta - É de batalhas que se vive a vida - triênio (2017–2020)*<sup>11</sup> (2020, p. 10):

O *CFESS Manifesta* é uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional. E, nessa gestão, criamos uma série especial chamada Conjuntura e Trabalho Profissional, para dar destaque às análises sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais, com os espaços ocupacionais, com os processos interventivos e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social

<sup>10</sup> Os módulos se organizam da seguinte forma: 1. Ética e História; 2. Ética e Trabalho profissional; 3. Ética e Direitos humanos; 4. Ética e Instrumentos processuais.

<sup>11</sup> No triênio de 2011/2014 – a gestão do CFESS – *Tempo de Luta e Resistência*, também elaborou uma publicação com cerca de 56 textos do *CFESS Manifesta* em versão livro. Essas versões seguem disponíveis no site do CFESS em versão digital. Acesso: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>.

brasileiro. Buscamos incidir com reflexões críticas e propostas de ação, que têm profunda relação com a agenda do Conjunto CFESS-CRESS.

Portanto, o *CFESS Manifesta* segue sendo um instrumento ético-político que busca construir estratégias coletivas em conjunto com a categoria profissional de enfrentamento à lógica barbarizante da sociabilidade do capital, além de demonstrar que o conjunto CFESS/CRESS, a cada gestão, vem qualificando e produzindo materiais que debatem e refletem sobre diversos temas que implicam na ações profissionais cotidianas, a saber: Luta contra a Homofobia, saúde mental, luta contra o racismo, violência contra idosas/os, violência contra mulher, luta indígena, população em situação de rua, direito à cidade, direitos humanos, organização da classe trabalhadora etc. Tais conteúdos ampliam os horizontes da ação profissional e a conectam às lutas coletivas das/os trabalhadoras/es e do conjunto da sociedade brasileira.

3) *Atribuições Privativas do/a assistente social em questão*, é uma publicação em dois volumes em que se destacam as atribuições e competências privativas das/os assistentes sociais. Assim, as publicações contêm potentes reflexões que buscam direcionar e instrumentalizar o entendimento das dimensões éticas, políticas e jurídicas que atravessam o exercício da profissão das/os assistentes sociais. É necessário demarcar aqui, que tal movimento se configura como mais uma ação importante e assertiva que coaduna com o fortalecimento do projeto ético-político profissional, em um contexto marcado pela ampliação da precarização dos espaços socio-ocupacionais.

As publicações trazem a necessidade de construir estratégias coletivas frente à lógica da precarização do trabalho, de desfinanciamento das políticas públicas e também de proteção das atribuições profissionais que seguem sendo atacadas e negligenciadas no cotidiano do exercício profissional, além de diversas outras situações que ferem as atribuições e competências privativas das/os assistentes sociais.

Nesse sentido, reafirmar a defesa das atribuições privativas contidas no CEP, expressam o horizonte da defesa do PEP em um tempo tão hostil e de ataques à direção crítica da profissão, pois constantemente somos surpreendidas/os por situações que esvaziam a autonomia (relativa) e dos direitos profissionais à luta do legado histórico já acumulada pela profissão. Trata-se aqui de fortalecer o legado construído ao longo das últimas décadas desde antes da *Virada* de 1979.

No contexto de enfrentamento ao neoliberalismo e todo o conjunto de precarização que assolam a nossa profissão, o Conselho Federal publicou outros dois materiais que evidenciam o compromisso do conjunto CFESS/CRESS com o fortalecimento do PEP e com a defesa do exercício profissional.

4) *Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social*: aqui, apresenta-se mais uma produção que cumpre um papel relevante na direção do fecundo diálogo do conselho com as/os profissionais. O material que brevemente destacamos, tem uma proposta

[...] estratégica que atende a uma das principais demandas de assistentes sociais, que buscam os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Serviço Social

(Conjunto CFESS-CRESS) em busca de orientação sobre estudos sociais, estudos socioeconômicos, emissão de pareceres e opinião técnica e seus registros. [...]. A discussão das questões presentes no cotidiano de trabalho profissional das/os quase 200 mil assistentes sociais e a formulação de subsídios e orientações profissionais ocupam um lugar central na agenda de ações das entidades. São muitos os anseios e desafios que vivenciamos, no que tangem as várias dimensões do nosso trabalho, complexificado diante da crise sanitária resultado da pandemia da Covid-19, que se soma à crise do capital e intensifica os retrocessos no campo dos direitos sociais e das políticas públicas que incidem nas formas e relações de trabalho. (Fávero; Franco; Oliveira, 2022, p. 5).

As demandas das/os profissionais que seguem inseridos nos diversos espaços socio-ocupacionais chegam ao conjunto CFESS/CRESS, e neste as entidades buscam estrategicamente construir as possibilidades de ações/respostas técnicas, jurídicas e ético-políticas para subsidiar os profissionais a partir da produção de documentos de ordem técnica, tendo como base a realidade e as particularidades do cotidiano profissional no contexto das diversas políticas sociais.

Os desafios postos expressam a necessidade de apreensão da dinâmica do contexto histórico presente, além de exigir um enfrentamento cotidiano das questões que são operadas no fazer profissional. Ao mesmo passo que somos provocadas/os a fortalecer as ações que busquem o “[...] aprofundamento teórico permanente, a fim de subsidiar o trabalho profissional” (Fávero; Franco; Oliveira, 2022, p. 6).

O debate e as reflexões precisam ocorrer e ter como fio condutor o diálogo horizontal nos espaços de formação acadêmica e do exercício profissional. Tal movimento demonstra o compromisso do conjunto com os fundamentos da profissão, além de possibilitar a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

5) *Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional* (Caderno 1, 2, 3 e 4) – é uma série de cadernos que aglomera uma diversidade de reflexões, inicialmente provocadas no contexto da pandemia da Covid-19, um momento em que os diálogos foram tão essenciais para a profissão, usuárias/os dos serviços sociais e a sociedade. O material é mais um instrumento de fortalecimento dos vínculos orgânicos e que devem ser permanentes com a categoria profissional e a sociedade brasileira.

O contexto da pandemia foi desafiador para o coletivo da sociedade e requereu muitos esforços da categoria profissional e do conjunto CFESS/CRESS em termos de pensar e intervir na realidade, em um momento histórico em que as expressões da questão social se aprofundaram, somadas ao aprofundamento do negacionismo e de ataques às políticas sociais de forma ainda mais contundente. Iamamoto (2021, p. 19), nos diz que:

Nesses tempos devastadores e obscurantistas — e na sua contracorrente —, universidade e entidades profissionais são desafiadas a fomentar o pensamento crítico na formação e no trabalho de assistentes sociais, que incorpore os grandes dilemas nacionais e regionais como matéria de debate, de pesquisa e do trabalho profissional. A proposta é cultivar nessa categoria a competência crítica — para além das necessidades do mercado e do capital —, politicamente sensível aos interesses e necessidades da maioria dos/as trabalhadores/as, o que requer articular razão crítica e história.

As reflexões apresentadas nesses cadernos dão o tom de esperança no processo da formação e do exercício profissional, ocupando um importante espaço para que possamos nos apropriar das reflexões que seguem alinhadas às demandas da realidade social e profissional, reafirmando o compromisso histórico do conjunto das nossas entidades representativas.

Por fim, salientamos aqui a necessidade de estudantes da graduação e pós-graduação, bem como os profissionais assistentes sociais de conhecer e divulgar o que as nossas entidades produzem, pois é nesse movimento que a luta também se faz, no enfrentamento e na construção do conhecimento crítico e qualitativo.

### Considerações finais

No ano em que comemoramos 30 anos do CEP e da Lei de Regulamentação da profissão, Lei nº 8.662/1993, é necessário continuar reafirmando a direção social crítica das consolidadas nas últimas décadas, pois essa direção é, sem dúvidas, patrimônio das/os assistentes sociais brasileiras/os, devendo ser preservada e fortalecida.

Outro exercício de reflexão que podemos mencionar é a direção política profissional que é iniciada a partir do III CBAS e aprofundada nos anos 1980/90. Assim, dentro da atual realidade, uma provocação de Netto (1996) continua válida e presente onde o autor aponta que:

[...] O debate mais determinante no campo do Serviço Social será travado em torno da direção social estratégica que se afirmou na passagem dos anos oitenta aos noventa – o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la. As perspectivas imediatas do desenvolvimento profissional estarão diretamente vinculadas aos desdobramentos desse debate que, óbvio, marcará a agudização da luta ideopolítica no campo do Serviço Social (Netto, 1996, p. 117).

O projeto profissional que hoje defendemos é, de fato, necessário à profissão, ele é substância vital para continuação da carreira em sua direção social crítica. A construção coletiva de estratégias que fortaleçam o PEP no contexto contemporâneo, deve seguir na ordem do dia, pois muitos são os desafios do tempo presente para a profissão numa conjuntura de crise estrutural do capital.

A disputa pela hegemonia na profissão segue em constante movimento e se dá pelas vias das diferentes concepções pós-modernas e antimarxista que estão no serviço social, essas têm sustentação em práticas conservadoras reutilizadas na profissão – o *Serviço Social Libertário* (Serviço Social Libertário, 2016) até as 23 *Teses pela reforma do serviço social brasileiro: pelo resgate de uma identidade e de uma cultura profissionalizante*, (Oliveira, 2017).

Tais propostas, demonstram a disputa por hegemonia na profissão e projetos profissionais distintos. Essas disputas, também seguem sendo operadas nos processos eleitorais para as gestões do conjunto. Chapas que apresentam projetos conservadores e que destoam

do PEP, porém resistimos e seguimos em marcha na defesa do projeto profissional crítico e de fortalecimento das gestões do CFESS e seus regionais.

Neste cenário, há de se registrar que essa disputa de projetos antagônicos se expressa há muito tempo na profissão, mas na atualidade, vêm ganhando evidência e consistência, pois as condições históricas atuais são efetivamente adversas e regressivas. Assim, opera-se o recrudescimento do conservadorismo no interior da profissão que tenta conquistar a consciência das/os desavisadas/os.

Tão logo, a onda conservadora busca ocupar os espaços representativos da profissão e também a produção teórica, lançando assim, uma teia para real captura dos espaços coletivos e das individualidades profissionais. Outro ponto que podemos sinalizar é a precarização dos espaços socioprofissionais que se apresenta na lógica do trabalho substancialmente precarizado, desregulamentado e flexibilizado e que, de alguma forma, se expressa no cotidiano dos sujeitos.

É necessário o reconhecimento desse contexto na atual realidade brasileira para que, assim, possamos traçar caminhos e estratégias para o real enfrentamento dessas adversidades postas ao serviço social. Nessa direção, o conjunto CFESS/CRESS historicamente vem contribuindo para o fortalecimento da profissão e sua defesa. Esse movimento é histórico e tem sua gênese nas lutas coletivas da profissão em articulação com as lutas da sociedade brasileira. Para além da defesa do exercício profissional, o conjunto demonstra sua vitalidade e compromisso com a transformação da sociedade em sintonia com organização da classe trabalhadora e suas produções técnicas e políticas são instrumento de mudanças ao passo que carregam a todas as dimensões e princípios do PEP.

O material que vem sendo produzido dialoga com a dimensão ética e política de transformação radical da sociabilidade capitalista. Em cada produção do CFESS, seja ela de orientação técnica ou de horizonte político, se tem a substância do compromisso com as lutas sociais em suas possibilidades concretas. Mesmo diante de tamanho desafios, o serviço social brasileiro e suas entidades seguem firmes e resistindo aos tempos de assombro que pairam pelo ar. Que possamos aglutinar forças para a superação desta emancipação política e o erguimento da emancipação humana, pois esta se faz urgente e necessária. Sigamos!

## Referências

ABRAMIDES, M. S.; CABRAL, M. do S. A Organização Política do Serviço Social e o Papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro. In: (CFESS), Conselho Federal de Serviço Social (org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009. Conselho Regional de Serviço Social - São Paulo (CRESS- 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (coorganizadores). Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2019.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo, Cortez, 2001. 224 p.

BARROCO, M. L. **Ética em Movimento: ética e história – módulo 1.** 2. ed. Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo01-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BARROCO, M. L. S. **Ética em Movimento: curso de capacitação para agentes multiplicadores – módulo 1.** 5. ed. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo01-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FÁVERO, Eunice; FRANCO, Abigail; OLIVEIRA, Rita. **Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social.** Brasília: CFESS, 2022. 231 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpiniaotecnica2022-Final.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439–461, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.188>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

IAMAMOTO, M. V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o cotidiano profissional: Caderno 1.** Brasília: CFESS, 2021. p. 16-48. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, Ano XVII, abr. 1996.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 650–678, 2009.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964–1985).** São Paulo: Cortez, 2014. 344 p.

OLIVEIRA, E. M. **As 23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/499458877/23-Teses-Final-v6#>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Serviço Social Libertário: quem somos**. [S. l.], 20 jul. 2016. Facebook: Serviço Social Libertário. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/posts/306372039707012>. Acesso em: 13 nov. 2023.

*Submetido em: 11/09/2023*

*Revisto em: 10/11/2023*

*Aceito em: 16/11/2023*